

SIGNIFICAÇÕES DO PROTAGONISMO DOS/AS PROFESSORES/AS NA IGUALDADE DE DIREITOS À POPULAÇÃO LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS (LGBT)

André Luiz Machado das Neves¹
Iolete Ribeiro da Silva²

Resumo:

O presente artigo baseia-se em estudo que teve por objetivo compreender as significações de protagonismo na promoção de igualdade de direitos à população Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT) a partir dos discursos dos/as professores/as. Adotou-se a abordagem qualitativa e a perspectiva sócio-histórica. Participaram 06 professores/as da rede estadual de ensino de Manaus, Amazonas. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas, individuais. Os dados foram analisados baseados na proposta teórico-metodológica da constituição dos Núcleos de Significação. Os/as professores/as atribuem significações de que há protagonismo na promoção de igualdade de direitos à LGBT, por meio de discussões em sala de aula sobre a temática. No entanto, não há evidências de premissas críticas e consistentes sobre a sexualidade pautada numa concepção histórica, política, ética e crítica da sexualidade humana e suas manifestações, mas sim uma discussão “tímida” e biologizante. Considera-se que, os/as professores/as com formação para a diversidade, podem ser mediadores na amenização de preconceito e na promoção de igualdade de direitos, considerando a “tímida” abertura da discussão.

Palavras-chave: Gênero. Sexualidade. Educação. LGBT. Professores.

1 INTRODUÇÃO

No contexto educacional, iniciativas de protagonismo para promoção de igualdade de direitos às pessoas LGBT³ na escola tem sido cada vez mais referidas, por um lado, em função do número crescente dos diversos tipos de violência e crimes por homofobia e transfobia no Brasil, e por outro, pelo acesso e permanência dessas pessoas na escola e pela assunção de que a formação educacional deve promover o respeito às diversidades (GRUPO GAY DA BAHIA - GGB, 2012; NEVES

¹ Doutorando em Saúde Coletiva pela Universidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ Professor da Universidade do Estado do Amazonas e Pesquisador do Laboratório de Desenvolvimento Humano e Educação em Manaus, AM, Brasil. E-mail: andre_machadostm@hotmail.com

² Doutora em Psicologia pela Universidade de Brasília, Brasília, DF Professora do Programa de Pós-graduação em Psicologia e Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Amazonas. Coordenadora do Laboratório de Desenvolvimento Humano e Educação em Manaus, AM, Brasil E-mail: ioletesilva@hotmail.com

³ Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, sigla padronizada na 1º Conferência Nacional LGBT no ano de 2008 em Brasília.

et al., 2015). Os dados da pesquisa sobre violência contra LGBT do GGB (2012), revelou que Pernambuco foi o estado onde aconteceu o maior número de mortes de LGBT (34). Em seguida, São Paulo (29), Minas Gerais (25) e, em quarto lugar, Bahia e Rio de Janeiro (20). A Região Nordeste concentrou-se 43% das mortes, seguida da região Sudeste e Sul com 35%, e Norte e Centro Oeste, com 21%. Esses dados revelam a negação do direito de expressão da diversidade sexual e/ou de gênero⁴ e, denuncia a urgência de uma educação pautada no respeito às diferenças.

Sobre o acesso e permanência na escola, Santos e Santos (2011) constataram que o principal fator para a evasão escolar das pessoas LGBT refere-se às agressões sofridas no âmbito simbólico e/ou real. Sendo que as travestis e transexuais possuíam dificuldades de realizar as tarefas simples como o uso banheiro.

No entanto, mesmo diante do reconhecimento da necessidade do desenvolvimento de ações educativas que debatam sobre sexualidade e gênero no contexto escolar, tem surgido inúmeros projetos de leis, em especial a partir de 2011, de autoria de parlamentares articulados com grupos religiosos fundamentalistas, que propõem a proibição da discussão sobre a igualdade de gênero e sexualidade na escola, a partir do que eles passaram a denominar como “ideologia de gênero” (SOUSA FILHO, 2015). Diferentes câmaras municipais e assembleias legislativas, tem seguido o mesmo movimento do Congresso Nacional que, em 2014, suprimiu do texto final do Plano Nacional de Educação (PNE) todos os trechos em que “gênero”, “orientação sexual” e “sexualidade” eram explicitamente mencionados (CARRARA, 2015).

Tal medida, reforça as práticas discriminatórias e de promoção da desigualdade social para as pessoas LGBT em termos de cidadania e direitos humanos. Essas manifestações de diferentes igrejas evangélicas brasileiras e do próprio Vaticano quanto aos supostos perigos da disseminação, especialmente entre crianças, adolescentes e a família, do que designam como “ideologia de gênero” contribui para a ampliação das violências e da negação dos direitos. Para Sousa Filho (2015), a “Ideologia de gênero” é o que os setores religiosos fundamentalistas

⁴ A categoria gênero adotada pelos autores apoia-se no solo conceitual que tal categoria recebeu na obra Joan Scott (1995, p. 72) que expressa “uma rejeição a um determinismo biológico implícito no uso de termos como sexo ou diferença sexual”, ao trazer à tona o caráter de gênero como fundamentalmente social.

e conservadores do país pretendem preservar. O Antropólogo Sérgio Carrara (2015) destaca, que a crítica às discussões de gênero e sexualidade na escola são uma reação tanto contra a difusão nas escolas brasileiras do ideal de igualdade entre homens e mulheres quanto contra o reconhecimento da diversidade sexual e de gênero.

Há alguns anos, setores políticos-religiosos tentam inviabilizar a formação e atuação de professores/as na promoção da igualdade de direitos. Em 2011, o projeto “Escola Sem Homofobia” apoiado pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação – SECAD/MEC, visou contribuir para a construção de ambientes políticos e sociais favoráveis à garantia dos direitos humanos e da respeitabilidade das orientações sexuais e identidade de gênero no âmbito escolar (ECOS; REPROLATINA, 2011). No entanto, este projeto foi embargado por questões políticas e religiosas, seus materiais didáticos foram pejorativamente denominados de “kit gay” e sua distribuição suspensa sob o argumento de que influenciaria na sexualidade das e dos estudantes que poderiam se “tornar” gays (MELLO et al, 2012).

É neste cenário que esta pesquisa sobre protagonismo dos/das professores/as na promoção da igualdade de direitos da população LGBT foi realizado. Protagonismo é entendido aqui como ações de enfrentamento das adversidades, resistência às pressões e transformação social (SILVA, 2010). Para estudar o protagonismo optou-se pela categoria de análise “significado” para compreensão dos discursos dos/as professores/as. O significado é uma generalização, funciona como uma convenção social, uma produção coletiva. O que se internaliza não é o gesto como materialidade do movimento, mas a sua significação, que tem o poder de transformar o social/coletivo em cultural/histórico (VIGOTSKI, 2001). Essa categoria, neste contexto, permite a comunicação e a socialização das experiências.

Considera-se que a práxis do/a professor/a pode influenciar na construção dos significados por compreender que o ser humano é dinâmico; que diferentes instrumentos de mediação como a linguagem produzem diferentes processos de significação; que os/as professores/as precisam produzir conhecimentos em sala de aula sobre as diversidades, conforme propõe os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN (1998). O objetivo do trabalho apresentado neste artigo é compreender as

significações de protagonismo de professores/as na promoção de igualdade de direitos para população LGBT no contexto escolar, com vistas a destacar as implicações para a práxis pedagógica do/a professor/a na formação de sujeitos que compreendam as diferenças.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

2.1 PARTICIPANTES

Foram 06 professores/as que atuavam em uma escola da rede estadual de ensino na cidade de Manaus, Amazonas. Entende-se que cada participante se apropria de forma subjetiva e particular do social, trazendo consigo não apenas a sua voz. Seus discursos expressam múltiplas vozes e sentidos construídos no contexto social (ROSA; ANDRIANI, 2008).

Dos participantes, 03 se autodefiniram do “sexo⁵ feminino” e 03 do “sexo masculino”. No que tange a faixa-etária, 02 possuíam menos que 30 anos, e 04 encontravam-se na faixa de idade entre 30 a 50 anos. Destes, quatro dos participantes possuíam graduação na área das Ciências Humanas, um deles na área das Ciências Sociais Aplicadas e uma na área Ciências Biológicas. No tocante à formação pós-graduada, apenas dois possuíam um curso de Pós-Graduação Lato Sensu e nenhum/a professor/a com formação *Stricto Sensu*.

O tempo de atuação dos/das participantes na Rede Estadual de Ensino é bem heterogêneo. Destaca-se que três dos/as professores/as atuavam na rede estadual de ensino entre um a quatro anos e três entre cinco a dez anos. No que se refere ao tempo de atuação na escola pesquisada, quatro professores/as estavam trabalhando a menos de cinco anos e dois possuíam um tempo de cinco a dez anos na escola. Já na definição de sua religiosidade, cinco professores/as se autodeclararam católicos e uma evangélica.

⁵ Os autores optaram em apresentar o termo “sexo”, conforme os participantes se autodefiniram. Contudo, os autores consideram que essa autodefinição traz à tona o caráter fundamentalmente social das distinções baseadas em tal termo. Entende-se que ao se falar em gênero, não se fala apenas de macho ou fêmea, mas de masculino e feminino, em diversas e dinâmicas de expressão de masculinidades e feminilidades. Gênero, remete-se a construções sociais, históricas, culturais e políticas que dizem respeito a disputas materiais e simbólicas que envolvem processos de configuração de identidades, definições de papéis e funções sociais, construções e desconstruções de representações e imagens, diferentes distribuições de recursos e de poder e estabelecimento e alteração de hierarquias entre os que são socialmente definidos como homens e mulheres e o que é e o que não é considerado de homem ou de mulher, nas diferentes sociedades e ao longo do tempo (HENRIQUES *et al.*, 2007).

2.2 INSTRUMENTO

Foram realizadas entrevistas semiestruturadas individuais diante dos seguintes tópicos: Motivação na participação em projetos de igualdade de direitos na escola e/ ou algo que não a/o motivaria em participar; Resultados que acredita que a participação dele ou dela pode alcançar; Minimização dos preconceitos entre as pessoas LGBT; Professor/a enquanto agente de promoção de igualdade de direitos da população LGBT. Foi atribuída aos docentes a letra “P” que indica “professor(a)”, acompanhado de um número natural, dado conforme as realizações das entrevistas e a letra M ou F indicando masculino ou feminino.

2.3 PROCEDIMENTOS

A pesquisa obteve a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Amazonas, com o protocolo de nº 371.535. O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido foi assinado pelos sujeitos pesquisados, além das autorizações institucionais exigidas em cada momento da pesquisa.

Os/as participantes foram entrevistados individualmente e o procedimento utilizado para a seleção das entrevistadas foi a “informante-chave⁶”, a qual ficou responsável pelo agendamento das entrevistas, isso porque muitos/as professores/as também trabalhavam em outras escolas e, nesse aspecto, era possível os/as professores/as se organizarem para participar da coleta de dados. O primeiro contato com a “informante-chave” foi realizado por meio da diretora. Todos os encontros com os/as participantes ocorreram na biblioteca da escola. As entrevistas foram então realizadas e gravadas e suas transcrições foram feitas na íntegra.

2.4 ANÁLISE DOS DADOS

Os dados foram analisados baseados na proposta da Constituição dos Núcleos de Significação como instrumento para apreensão dos sentidos. Seguiu-se os seguintes procedimentos: Pré-indicadores; Indicadores e Construção e Análise dos Núcleos de Significação (AGUIAR; OZELLA, 2006).

⁶ Entende-se que a pessoa informante chave representa um mediador, que garante o acesso à localidade e/ou ao grupo social em estudo (WHYTE, 2005).

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 SILENCIAMENTO DA DIVERSIDADE SEXUAL A PARTIR DA EDUCAÇÃO BANCÁRIA.

Ao ser inquirido sobre como se dá sua participação na relação entre população LGBT e igualdade de direitos, o discurso de P6M se revela como “mediador” para da manutenção do “respeito” com estudantes LGBT. Para ele, sua atuação se dá na responsabilidade de transmissão e compartilhamento de conhecimento, valores e comportamentos morais, conforme pode ser evidenciado abaixo.

“Primeiro, o professor transmite o conhecimento para o aluno. Ele vai aprender e passar adiante. E não criticar a “opção sexual”, religiosa ou a opção mesmo da pessoa. Ele deve respeitar o ser humano como ele deve ser respeitado. A gente chama isso de... Eu aprendo na faculdade uma palavra chamada de princípio de alteridade! Que é justamente eu aceitar a pessoa com ela é. Se ela é católica, protestante, ateu... Se ela é heterossexual ou homo, isso aí quer dizer que a gente deve aceitar o ser humano como ele é”. **P6M**

P6M organiza seu discurso por meio dos verbos ‘não criticar’, ‘respeitar’ e ‘aceitar’. Inicialmente, indica que o importante é que a pessoa seja feliz e que deva ser respeitada. Sugere que professores/as tem que fazer uma suspensão daquilo que acreditam como verdade pautando-se no princípio da alteridade. Destaca-se, a primeira frase de P6M que diz: “*o professor transmite o conhecimento para o aluno*”. Essa concepção bancária de ensino assume apenas a *transmissão de conhecimentos* como função do/a professor/a e se contrapõe à possibilidade de abordar os temas considerados transversais, entre eles, a sexualidade, além de não abrir espaço para experiências pedagógicas participativas.

Uma concepção de educação bancária em um contexto heterossexista⁷, potencializa a reprodução de preconceitos e violências. Entendendo que essas concepções são construídas ao longo do curso de vida, este discurso apresenta-se pautado na processualidade de subjetividades construídas no percurso do seu desenvolvimento. González-Rey (2003), ao referir-se sobre subjetividade, discute duas instâncias: subjetividade social e subjetividade individual.

⁷ Ideologia que valoriza a heterossexualidade como mais natural que e/ou superior à homossexualidade (MORIN, 1977).

As subjetividades social e individual, parecem articular-se num processo antagônico vivenciado por esse professor que aprendeu que deve respeitar a/o estudante independente do que ele possa vir a ser. E, enquanto sujeito sócio-histórico inscrito historicamente frente à sexualidade heteronormativa⁸, ou seja, tomada como superior às outras expressões da sexualidade humana, enxerga as orientações sexuais como “opções” de cada um. Deste modo, sua *práxis* pedagógica é tecida em um contexto que não mobiliza para que sejam protagonistas das transformações necessárias para minimizar preconceitos contra estudantes LGBT.

A maneira como essas significações tomam forma ao longo do tempo referem-se a uma co-construção, da qual participa o/a professor/a e outros/as agentes sociais. Esse processo tem diferentes desdobramentos sobre a *práxis* pedagógica e, historicamente, tem dificultado as discussões sobre diversidade sexual no contexto escolar. Diante disso, muitos/as professores/as preferem se esquivar de abordar temáticas relacionadas à diversidade e se limitam à transmissão de conteúdos acadêmicos tradicionais. Destaca-se assim, a importância dos processos de produção de sentidos subjetivos por parte de P6M, pois esses sentidos são determinantes do possível engajamento e protagonismo do/a professor/a. Nesse contexto, os verbos evocados: ‘não criticar’, ‘respeitar’ e ‘aceitar’, assumem um caráter de não implicação com essas discussões.

Uma prática pedagógica que restrinja a promoção de igualdade de direitos à transmissão de conhecimento e que desconsidere os aspectos psicossociais que podem favorecer uma prática pedagógica ancorada em uma concepção holística do ser humano, converte-se em reprodução de desigualdades.

A concepção de educação bancária conforme Freire (2002) propõe suprimir o sujeito de viver a sua própria história, não se coadunando com a ideia de que o professor deve respeitar a alteridade e promover a autonomia. Pensar de forma prospectiva, para que a escola fomente novos conceitos, exige pensar e ressignificar novas metodologias de ensino. As metodologias não são neutras e apolíticas, elas se vinculam à concepção de mundo e de sujeito.

Destaca-se, no discurso de P6M, a expressão “opção sexual”. Esse termo se vincula a ideia de escolha pessoal. Tal ideia pode tornar-se perigosa, pois pode

⁸ Os autores basearam a ideia de sexualidade heteronormativa frente à compreensão do dualismo hetero/homo, que prioriza a heterossexualidade por meio de um dispositivo que a naturaliza e, ao mesmo tempo, torna-a compulsória” (MISKOLCI, 2009, p. 156).

responsabilizar o indivíduo por qualquer tipo de ataque, preconceito, crimes de ódio ou invisibilização da luta por igualdade de direitos. Sousa Filho (2009) destaca, que, definida em termos de orientação ou expressão sexual, a homossexualidade não é uma opção que depende da vontade do indivíduo, assim como não é algo da ordem de uma causa específica. A construção política do desejo, ou seja, a substituição das expressões: “opção sexual” por “orientação sexual” revela a plasticidade e as possibilidades humanas no terreno da sexualidade.

Considerando a concepção sócio-histórica do sujeito e sua ênfase na linguagem, torna-se necessário que o professor possa engajar-se realmente nessas discussões, pois ele enquanto educador precisa saber mediar frente aos estudantes a construção e desconstrução de sentidos e significados. Afinal, segundo Morato (2000), a linguagem interpreta, representa, influencia, modifica, configura, contingencia e transforma um lugar social. Um posicionamento, de suposta neutralidade, marcado pela identificação de um sentimento antagônico influenciado por significados compartilhados socialmente, não contribui para a produção de transformações sociais. Os/as professores/as estudados/as concebem que sua função deve ser norteadada pela oferta de orientação aos/as alunos/as, pela aceitação da diferença. No entanto, em seu saber e sua constituição subjetiva dos significados, a sexualidade e diversidade estão inscritas nos ideais heteronormativos e a significam como “opção sexual”. Tais aspectos, podem contribuir para um “falso protagonismo” que invisibiliza as demandas sociais de estudantes LGBT na escola.

O professor P4M, afirma que é responsabilidade de cada um assumir a ética do respeito eximindo-se de fazer parte da construção dessa ética. Essa afirmativa, também pode ser evidenciada na unidade de análise abaixo:

Bom, igualdade... Direito... Aí, já uma coisa que quando pergunta em igualdade de direito eu penso em leis... Pela lógica teria que ser respeitado, eu não faria isso porque a lei me proíbe. No meu entender está além desse direito, porque quando se fala em direito ‘tô’ falando de lei eu penso da conscientização de cada um em respeitar, da ética e não nas leis, porque se existe a lei, todos sabem da lei da discriminação ela existe. Não só para gay, mas, para os índios, negros. **P4M**

P4M, ancora-se em uma fala universalizante das leis. Pauta-se no argumento da responsabilização e conscientização de cada um e, sugere que todos conhecem a “lei da discriminação” e que ela “não é só para gay”. A dimensão do discurso de P4M sugere ainda, a isenção do/a professor/a e da escola acerca da discussão da igualdade de direitos. Seu discurso, possibilita uma conotação de responsabilidade

individual para o cumprimento do respeito como se a comunidade escolar não fizesse parte de promoção à igualdade de direitos que pense as diferenças.

A não implicação da educação para diversidade, pode ser um fator de violência contra LGBT, pois a responsabilização e conscientização do respeito as diferenças deve se dar no processo de escolarização. Faz-se necessário a promoção efetiva de uma educação para a diversidade sexual e de gênero. Pois o que tem se identificado é uma sociedade intolerante a diversidade de gênero e a igualdade de direitos, pois conforme o GGB (2012), por meio do Relatório Anual de Assassinato de Homossexuais, revela a ocorrência de um assassinato a cada 26 horas. No ano de 2012, foram documentados 338 assassinatos de LGBT no Brasil, incluindo duas transexuais brasileiras mortas na Itália. O GGB calcula um aumento de 27% em relação ao ano anterior (266 mortes).

Reforça-se que uma educação para diversidade pode ser uma forma de mediação para as ressignificações dos signos negativos que são frequentemente associados à LGBT que, muitas vezes, resultam em mortes, conforme revelado no relatório supracitado. E, portanto, assume novos contornos a partir de eventos que produzem sentidos. Bakhtin (1997) enfatiza a linguagem como um processo de evolução ininterrupta, a qual é constituída pela interação verbal, assim, a interação pela linguagem pode ser considerada como uma prática social mediadora das relações socioculturais.

3.2 “MESMO NÃO CONCORDANDO TENHO QUE FALA DESSE ASSUNTO”: ANTAGONISMO FRENTE AOS CONTEÚDOS CURRICULARES.

Nesse núcleo de significado, P5F, ao ser indagada sobre as formas de promoção de igualdade de direitos entre as pessoas diferentes orientações sexuais, expressa uma compreensão de sexualidade a partir da heteronormatividade e admite sua composição a partir do aspecto macho fêmea (perpetuação da espécie). Esses significados têm implicações nas ações protagônicas do/a professor/a.

A gente não hesita, independente da nossa opinião que é de compreender que o “normal” é sexo entre homem e mulher. E como educadores, orientar eles da melhor forma possível. Se eles não têm orientação em casa fica difícil. A nossa parte a gente faz. Que é de orientá-los[se refere ao uso de camisinha quando for fazer sexo com homens], principalmente na minha matéria, que você tem que abordar a sexualidade. Mesmo não concordando tenho que dizer e tenho que expor de maneira mais segura quando eu abordo esse tema, procuro fazer da melhor forma, nem todas as disciplinas tem essa abertura para fazer o que eu passo. **P5F**

P5F, por meio do seu discurso, reconhece a existência do fenômeno da diversidade sexual em contexto escolar. Mas é um reconhecimento balizado pelo estereótipo da homossexualidade atrelada a DST/AIDS. P5F, considera que mesmo não concordando, deve abordar esse tema em sala de aula e atribui o papel de orientação para o/a educador/a. Essa orientação faz referência ao uso de preservativos, quando os/as estudantes forem transar com pessoas do mesmo sexo.

Esses significados apoiam uma postura antagônica da professora em relação à sua participação ações voltadas para a minimização de preconceitos contra estudantes LGBT. A significação de P5F pode ser associada com a ideia de que a opinião dela pode ser preconceituosa, mas que sua vivência profissional deve ser neutra ou que pode ser contrária ao seu posicionamento pessoal. Contudo, mesmo quando busca de ser neutra, P5F assume posição político-ideológica que reforça a estigmatização do homossexual. Aponta-se, diante dessas proposições, que não se exige que o/a professor/a não tenha que manifestar suas opiniões pessoais, mas que não se feche nelas e mostre outras possibilidades de ser e tornar-se indivíduo.

O discurso de P5F ainda se pauta na importância de abordar esse tema na disciplina em que leciona (biologia) situando-a como importante para a compreensão de que a sexualidade está associada apenas ao corpo. Sugere, portanto, que outras disciplinas, que não se relacionam com o corpo, não tem possibilidade de ter uma atuação no sentido de diminuir o preconceito. Pondera-se que embora possa estar ministrando aspectos biológicos da sexualidade, é necessário também abordar as questões políticas, históricas e éticas de sexualidade humana. Esses conteúdos podem ser transversalizados na própria Biologia, assim como em outras disciplinas comuns do ensino médio.

P5F percebe também a escola, como um não-lugar para educar para visibilidade da diversidade sexual, logo se desobriga da tarefa de trabalhar pela promoção de igualdade de direitos à LGBT.

Olha, ainda acho que não. Porque eles não estão na escola, eles vivenciam isso em casa, então todo o canto eles têm informações sobre isso, então se tiver que mudar... Não sei... Às vezes vai da educação que eles trazem de casa mesmo. Por mais que eles recebam orientação, saibam que se em casa eles tiveram outro tipo de opinião, orientação eles não vão seguir. **P5F**

Superar as adversidades, resistir às pressões, modificar o seu entorno, adaptar-se constantemente às exigências do mundo atual são processos desconsiderados por P5F, pois, na visão desta professora, o aluno chega pronto e o

professor não tem a responsabilidade de formar para a promoção de igualdade de direitos. Deste modo, ao situar apenas nessa dimensão externa, deixa de lado todas as possibilidades do indivíduo se construir no processo de interação social.

O significado atribuído por P5F, caracteriza-se em não ver possibilidades da organização processual e permanente do sujeito. Assim como, descarta, por sua vez, essas possibilidades dela mesmo e dos/as alunos/as serem agentes de transformação social. Em contramão a essa significação, González Rey (2003) considera que as pessoas são produtos de uma construção histórica, mas também acrescenta e a transforma. O/a professor/a, ao se fazer protagonista para a igualdade de direitos, é construtor/a de novas alternativas, pois, baseado no pensamento sócio-histórico, a pessoa domina os espaços sociais, suas estratégias de ações sociais e nela produz mudanças e não se limita compreender apenas as situações das quais se encontra (GONZÁLEZ REY, 2003). Com isso, percebe-se a ausência, por parte da professora P5F, de ações pedagógicas que visem o desenvolvimento da consciência crítica dos alunos.

Os núcleos de significações: “Silenciamento da diversidade sexual a partir da educação bancária” e “Mesmo não concordando tenho que falar desse assunto: antagonismo frente aos conteúdos curriculares” apresentam-se apenas como potencialidades, mas na prática não se concretizam como reais, nem como promotores de igualdade de direitos. Todavia, a seguir se apresentam outros dois núcleos, no escopo desse artigo, que apontam, mesmo que de modo tímido, um protagonismo que visa promover igualdade de direitos.

3.3 “O PROFESSOR TEM UM PAPEL FUNDAMENTAL DE MUDAR O PENSAMENTO DAS PESSOAS”

Esse núcleo de significado revela discursos mais positivos. Aqui alguns e algumas professores/as ressaltam o seu papel de mediadores de igualdade. Percebem-se como formadores de opiniões ao serem indagados.

Com certeza, os professores têm esse papel de levar informação, de levar educação. Então, o professor ele tem que está sendo participativo e interessado nesses projetos e falar desses assuntos. **P3F**

Acho que a escola é fundamental para mudar o pensamento das pessoas, eu sinto que nas escolas os jovens estão um pouco mais abertos a isso. Até porque essa diversidade está um pouco mais... maior. O pessoal começou se assumir mais. O professor tem um papel fundamental em mudar de opinião, ou pelo menos minimizar. **P4M**

P3M e PM4 apresentam a escola como *locus* de transformação social e os/as professores/as com a função de “mudar a opinião” ou minimizar os preconceitos contra estudantes LGBT. P4M se mostra como um formador de opinião e que, por meio da linguagem, pode estar transformando demandas fundamentais para o desenvolvimento humano nos aspectos psicológicos e sociais. Assim como P3M defende que os/as professores/as devem estar envolvidos/as, executando e discutindo temas sobre LGBT na escola. Contudo, não apresentam nenhuma ação prática que demonstre esse cuidado com uma escola democrática e para todos.

Nota-se a existência de um potencial instalado e que deve ser fomentado. Se a educação se volta para um trabalho com esses/as professores/as, tem grandes chances de produzir amplas transformações. Esse trabalho deve ser contínuo e não apenas de caráter extraordinário ou pontual.

O contexto escolar deve estar comprometido com a emancipação e libertação dos grupos sistematicamente excluídos e com a promoção de justiça social. Isto significa desvelar, questionar e superar os mecanismos que mantêm as desigualdades e silenciam sujeitos e grupos marginalizados. Isto implica em privilegiar projetos, práticas e espaços que permitam sua valorização, seu resgate e sua representação a partir do protagonismo do professor (CANEN; XAVIER, 2011).

No discurso a seguir, P2F demonstra abertura no seu saber-fazer pedagógico para e com a diversidade. Observa-se, no entanto, a ausência de conhecimentos técnicos necessários para dialogar e debater sobre a diversidade sexual seguindo uma conduta ética e crítica.

“Eu sempre falo pros meus alunos, sempre uso a palavra. Nenhum professor está aqui para prejudicá-los, para persuadi-los, para uma forma que não seja benéfica. Estamos aqui prontos para ajudar da melhor forma possível. Eu sempre falo: a classe é uma só! Lógico, todos nós temos pensamentos diferentes, isso para que eles entendam que sempre estamos juntos para questionarmos e falarmos sobre determinados assuntos, por mais difícil que seja para eles entenderem determinadas questões. É sempre bom a gente estar esclarecendo e abordando o assunto. Eu sempre abordo essa questão com eles e é por isso que eu sempre vejo o preconceito. Alguns deles ainda é menor graças a Deus, mas ele existe, isso é triste, penoso, preocupante e, eu realmente me preocupo muito com essas questões porque em se tratando de direitos iguais, cidadania de direitos iguais, bem social à todos, como professora socióloga acho que é importante sempre estar trabalhando, tentando ajudar os alunos da melhor forma possível para que os alunos possam banir da sua vida as suas mentes”. **P2F**

O discurso acima revela um/a professor/a que está “sempre disponível” para os alunos. P2F apresenta a sala de aula como um espaço coletivo e com alunos e

alunas que têm suas singularidades. Expressa que sua prática se pauta em promover ‘direitos iguais’, ‘cidadania de direitos iguais’ e ‘bem social a todos’. Tal protagonismo pode ter interferência da sua formação em Sociologia que se pauta na constituição da tomada de consciência (revolução) para o enfrentamento perante as relações de poder existentes e preponderantes de cada época.

Querer contribuir para a promoção da relação igualitária de todos é uma intenção presente no conteúdo dos discursos dos professores. Eles concebem a sala de aula como um espaço para esta promoção, mas não demonstram possuir conhecimentos sobre sexualidade para além das estruturas determinista e essencialista. Abaixo, apresenta-se mais um discurso que apresenta a abertura para este diálogo, mas que acaba não se configurando como protagonismo para minimização de preconceitos para estudantes LGBT. A formação desses professores não possibilitou acessarem e desconstruírem os significados sócio-históricos de sexualidade e suas verdades construídas no ocidente pelos olhares autorizados da época (Estado-Igreja). A “verdade” da sexualidade foi construída a partir dos significados da ideologia do sistema heterossexista. Os sistemas de significados tanto exprimem as ideologias, como são determinados por ela. Os significados refletem a realidade como a constituição da materialização do cotidiano e das instituições. (AGUIAR, 2001).

Apresenta-se um discurso em que o professor se coloca como mediador (‘que deve intervir e conversar’), mas que, ao se referir à diversidade em sala de aula, P1M a compreende como algo complicado. O sistema de ideologias sobre a verdade de vivenciar a sexualidade sob influência da filosofia judaico cristã ainda se faz marcante no cotidiano escolar, conforme pode ser indicado na fala a seguir:

“Eu acho assim, que todas as vezes nos deparamos com algumas situações em sala de aula é o momento que o professor deve intervir e conversar a respeito destas situações. Principalmente com a questão do direito da liberdade de cada um, né? É complicado, porque na sala de aula, nós temos uma diversidade imensa, principalmente a diversidade religiosa é que mais chega a contribuir para o aumento desse preconceito. A questão religiosa, infelizmente. A questão religiosa está tão arraigada na nossa sociedade que as pessoas não conseguem separar as coisas, então essas questões religiosas acabam contribuindo para que esses tipos de preconceito cada vez mais aumentam. É aí que está a postura do professor, deve trabalhar exatamente essa questão, independente de religião ou não. Nós, enquanto cidadãos, temos que procurar conviver respeitando, né? Eu até tirei do meu vocabulário a questão da tolerância, pois eu acho quando você tolera você está fazendo as coisas obrigado. Tem que aceitar mesmo o direito a cada um, então nós enquanto professores, temos o dever de trabalhar isso independente da sua área, ou seja, a área de exatas,

humanas etc. Todos nós enquanto professor e educador temos a obrigação e o dever de trabalhar na sala de aula com esses alunos". P1M

O discurso acima concebe o professor enquanto um agente de intervenção para minimização de preconceitos e que por meio do diálogo promove reflexões acerca de temas como os preconceitos contra LGBT (PM1). O mesmo discurso aponta que o professor deve instituir como compromisso, deixar claro que cada um tem sua liberdade no que se refere à apresentação da diversidade humana e de suas práticas. No entanto, ele não deixa de ver a diversidade como algo complicado. Expõe que a religião se mostra como fomentadora de preconceitos e que muitos não conseguem dissociar os preceitos religiosos dos mesmos, e o resultado é que esses preconceitos se escancaram cada vez mais.

Independente da religião, a sala de aula é contexto para discutir sobre essas temáticas, afirma o discurso de P1M. Ele considera, conforme supracitado, que, para fazer uma sociedade de respeito a todos, deve-se adotar uma postura de enfrentamento e confronto crítico. O discurso de P1M se desenha a partir de uma postura na qual o/a professor/a tem a obrigação e o dever de trabalhar em sala de aula com esses alunos sobre questões voltadas às formas como a sexualidade se apresenta e pode se apresentar.

Baseado em experiências de pesquisas e práticas extensionistas propostas em ações governamentais relativas ao campo educacional, por meio de conscientizações e mobilizações, surgiram programas que buscam a promoção de garantia e igualdade de direitos humanos: Programa Nacional de Direitos Humanos II (PNDH II) (BRASIL, 2002), Plano Nacional de Políticas para Mulheres (PNPM) (BRASIL, 2004a) Programa Brasil Sem Homofobia (BSH) (BRASIL, 2004b) e no Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH) (BRASIL, 2007). Suas formas de implantação, contudo, não foram exitosas e algumas ações acabaram não sendo efetivadas.

Os resultados revelam a importância de propostas de formação de professores/as para a diversidade sexual e, deste modo, corrobora que, educadores/as com formação para a diversidade podem ser mediadores na amenização de preconceito, desideologizadores de estigmas de promoção de desigualdades que caminham com a humanidade-sexualidade por séculos e que implicam negativamente nos processos psicossociais dos sujeitos.

4 CONSIDERAÇÕES TRANSITÓRIAS

Os resultados obtidos podem ser entendidos por meio de atribuições de significações antagônicas. Considera-se, porém, que nesse universo pesquisado, ocorriam tentativas de promoção de igualdade de direitos, ainda que sem uma formação para o manejo com o tema. Nesse aspecto, os/as professores/as precisam compreender a diversidade da sexualidade para contribuírem efetivamente na formação de sujeitos que pensem a igualdade a partir da diferença.

Salienta-se o protagonismo “tímido” desses professores/as, considerando que há interesse de alguns que buscam levar o tema diversidade sexual para sala de aula. Porém, ainda é ausente o discurso fundamentado pela ideia de diversidade e muitas vezes, os/as professores/as, valem-se de suas próprias concepções heterossexistas para balizar o discurso em sala de aula. Enfatiza-se que são concepções apenas baseadas no senso comum ou na biologia e que isso é um contrassenso pelo fato de existirem marcos legais e teóricos que versam sobre a temática da diversidade sexual em sala de aula.

Aponta-se, todavia, que existe a necessidade desses professores conhecerem mais sobre o assunto. A maioria nunca teve nenhum tipo de formação para abordar o assunto em sala de aula. Assinala-se que esses professores se consideram pessoas-chaves na construção de conhecimento e no fomento aos discursos igualitários, por isso a importância de se debater o tema da sexualidade e diversidade de modo aprofundado, trans e interdisciplinar, bem como permitir a ampliação do olhar em torno da igualdade de direitos. Para isso, destaca-se a necessidade da promoção de interações sociais que possibilitem novas cognições, reflexões, novas compreensões e relações interpessoais, além de novos modos de lidar com a sexualidade e a diversidade sexual, sugerindo a formação continuada como estratégias de superação desses antagonismos que estão enraizados na organização dos significados e ainda permeiam nas atitudes sociais.

Bem como, fortalecer o professor no âmbito da formação inicial e continuada apresentando os efeitos nocivos, difamatórios e discriminatórios oriundos das proposições legislativas como: “Escola Sem Partido” e o conjunto de ações que está conhecido com o nome de ‘luta contra a “ideologia de gênero”’. Pois tais proposições deslegitimam o protagonismo frente a igualdade de direitos e fazem a manutenção

da violência conjugal, abuso sexual, da cultura do estupro além de fomentar a negação de educação, direitos e cidadania para LGBT, mulheres, etc.

A busca, portanto, de uma sociedade pautada na igualdade pensando as diferenças, ainda é um desafio. Para isso, defende-se a ideia de que a sociedade deve juntar-se aos professores, pois eles interagem, ouvem e, diariamente, fazem um intercâmbio de informações com os/as estudantes e podem coletivamente contribuir para a formação de alunos que possam conviver frente às múltiplas diversidades.

TEACHERS' PROTAGONIST ROLE MEANINGS IN EQUAL RIGHTS TO LESBIAN, GAYS, BISEXUALS AND TRANSGENDER'S POPULATION (LGBT)

Abstract:

The present essay is based on a study that aimed to understand the meanings of a leading role in promoting equal rights for the LGBT population, based on speeches from teachers. A qualitative approach and socio-historical perspective was adopted. Six teachers attended State schools in Manaus, Amazonas, and individual semi-structured interviews were carried out. The data was analyzed according to a theoretical-methodological proposal of the signification core composition. Teachers attribute significances that there is a protagonist role in the promotion of equality for LGBT rights through classroom discussions on the subject. However, there is no critical and consistent evidence about sexuality based on a conception of history, politics, ethics and criticism of human sexuality and its manifestations, but rather a shy and only-biological discussion. It is considered that teachers with a background for diversity can be mediators on easing prejudice and equal rights, considering the "shy" openness for the discussion.

Keywords: Gender. Sexuality. Education. LGBT. Teachers.

SIGNIFICACIONES DEL PROTAGONISMO DE LOS/AS PROFESORES/AS EN LA PROMOCIÓN DE LA IGUALDAD DE DERECHOS PARA LA POBLACIÓN DE LESBIANAS, GAYS, BISEXUALES Y TRANSEXUALES (LGBT)

Resumen:

El presente artículo es basado en un estudio que pretende comprender las significaciones del protagonismo en la promoción de la igualdad de derechos para la población LGBT a partir de los discursos de los docentes. Se adoptó el enfoque cualitativo y la perspectiva socio-histórica. Participaron 06 profesores de la red pública provincial de educación de Manaus, Amazonas. Se realizaron entrevistas semi estructuradas individuales. Se analizaron los datos a partir de la propuesta teórica metodológica de la constitución de los Núcleos de Significado. Los/as profesores atribuyen significados de que hay protagonismo en la promoción de la Igualdad de derechos para LGBT a través de discusiones en clases sobre el tema. Sin embargo, hay evidencia de premisas críticas y coherentes con la sexualidad basada en una concepción histórica, política, ética y crítica de la sexualidad humana y sus manifestaciones, sino una discusión "tímida" y biologizante. Se considera que profesores con formación para la diversidad, pueden ser mediadores en la amenización de prejuicios y la promoción de igualdad de derechos, mientras que el "tímido" abrir el debate.

Palabras clave: Género. Sexualidad. Educación. LGBT. Profesores.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, W. M. J. A pesquisa em Psicologia Sócio-histórica: contribuições para o debate metodológico. In: BOCK, A. M. B; GONÇALVES, M. G. M.; FURTADO, O. (Orgs.). **Psicologia Sócio-histórica: uma perspectiva crítica em psicologia**. São Paulo: Editora Cortez, 2001.

AGUIAR, W. M. J.; OZELLA, S. Núcleos de significação como instrumento para a apreensão da constituição dos sentidos. **Psicologia Ciência e Profissão**, v. 26, n. 2, p. 222-45, 2006.

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. **Programa Nacional de Direitos Humanos**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Justiça, 2002.

_____. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, UNESCO, 2007.

_____. Conselho Nacional de Combate à Discriminação. **Brasil sem Homofobia: Programa Nacional de Combate a Violência e à Discriminação contra GLTB e promoção da Cidadania Homossexual**. Brasília: Ministério da Saúde, 2004b.

_____. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2004a.

CANEN, A.; XAVIER, G. P. M. Formação continuada de professores para a diversidade cultural: ênfases, silêncios e perspectivas. **Revista Brasileira de Educação**, v. 16, n. 48, p. 621-641, 2011.

CARRARA, S. Moralidades, racionalidades e políticas sexuais no Brasil contemporâneo. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p. 323-345, ago. 2015.

ECOS. Comunicação em Sexualidade e REPROLATINA. Soluções Inovadoras em Saúde Sexual e Reprodutiva, **Nota Oficial do Projeto Escola Sem Homofobia** publicado em 20 de janeiro de 2011.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários a prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

GONZÁLEZ REY, F. L. A subjetividade e seu significado atual na construção do pensamento psicológico. In: GONZÁLEZ-REY, F. L. **Sujeito e subjetividade**: uma aproximação histórico-cultural. São Paulo: Thomson, 2003.

GRUPO GAY DA BAHIA. **Assassinatos de LGBT no Brasil 2012**. Disponível em: <http://www.ggb.org.br/assassinatos%20de%20homossexuais%20no%20brasil%202011%20GGB.html> Acesso em: 19 fev 2015.

HENRIQUES, R. *et al.* (Org.). **Gênero e Diversidade Sexual na Escola**: reconhecer diferenças e superar preconceitos. Cadernos SECAD, n. 4, Brasília, maio, 2007.

MELLO, L.; *et al.* Para além de um kit anti-homofobia: políticas públicas de educação para a população LGBT no Brasil. **Bagoas**: Estudos gays: gêneros e sexualidades, n. 07, p. 99-122, 2012.

MORATO, E. M. Vigotski e a perspectiva enunciativa da relação entre linguagem, cognição e mundo social. **Educação & Sociedade**, n. 71, p. 149-165, 2000.

MORIN, S. Heterosexual bias in psychological research on lesbianism and male homosexuality. **American Psychologist**, Washington, v. 32, p. 629-637, jan. 1977.

NEVES, A. L. M. *et al.* Teachers' social representations on sexual diversity in a school paraense. **Psicol. Esc. Educ.** Maringá, v. 19, n. 2, p. 261-270, ago. 2015.

ROSA, E.; ANDRIANI, A. Psicologia Sócio-histórica: uma tentativa de sistematização epistemológica e metodológica. In: KAHHALE, E. M. P. **A diversidade da psicologia**: uma construção teórica. São Paulo: Cortez, p. 259-288, 2008.

SANTOS, R. M. S; SANTOS; A. S. Memórias de trajetórias escolares de travestis. **Educação, Gestão e Sociedade**: revista da Faculdade Eça de Queiros. v. 1, n. 3, 2011.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Sociedade**, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 5-22, jul./dez. 1990.

SILVA, P. A Subjetivação presente no discurso do protagonismo juvenil. **Rev. Bras. Adolescência e Conflitualidade**, n. 0, p. 12-18, 2010.

SOUSA FILHO, A. “Ideologia de Gênero”: quem pratica? [Editorial]. **Bagoas: estudos gays, gênero e sexualidades**, v.09, n.12, p. 09-14, jan./jun., 2015.

SOUSA FILHO, A. Teorias sobre a Gênese da Homossexualidade: ideologia, preconceito e fraude. In: JUNQUEIRA, R. D. (Org.). **Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas**. Brasília: Ministério da Educação; Unesco, 2009.

VIGOTSKI, L. **Pensamento e Linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

WHYTE, W. F. **Sociedade de esquina**: a estrutura social de uma área urbana pobre e degradada. Tradução de Maria Lucia de Oliveira. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2005.

Artigo:

Recebido em 24 de Março de 2016.

Aceito em 18 de Fevereiro de 2017.